Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021 8

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

Comentário do Desempenho 11

Notas Explicativas 14

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 29

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 30

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 31

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	854.408.805
Preferenciais	0
Total	854.408.805
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.511.895	2.426.885
1.01	Ativo Circulante	349.221	317.999
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	111.038	82.793
1.01.03	Contas a Receber	33.845	29.902
1.01.03.01	Clientes	33.845	29.902
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	204.338	205.304
1.01.08.03	Outros	204.338	205.304
1.01.08.03.02	Ativo financeiro de concessão	200.095	189.612
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	4.243	15.692
1.02	Ativo Não Circulante	2.162.674	2.108.886
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.604.200	1.550.527
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.604.200	1.550.527
1.02.01.10.03	Ativo financeiro de concessão	1.604.173	1.550.501
1.02.01.10.04	Outros ativos não circulantes	27	26
1.02.03	Imobilizado	3.456	3.356
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.456	3.356
1.02.04	Intangível	555.018	555.003
1.02.04.01	Intangíveis	555.018	555.003

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.511.895	2.426.885
2.01	Passivo Circulante	354.615	374.760
2.01.02	Fornecedores	18.585	29.510
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.585	29.510
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.439	24.165
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.439	24.165
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.439	24.165
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	139.467	134.386
2.01.04.02	Debêntures	139.467	134.386
2.01.05	Outras Obrigações	186.124	186.699
2.01.05.02	Outros	186.124	186.699
2.01.05.02.04	Dividendos	140.833	140.833
2.01.05.02.08	Indenização de sinistros a apropriar	12.423	23.909
2.01.05.02.09	Perdas não realizadas em operações de hedge sobre debêntures	14.079	9.059
2.01.05.02.10	Outros passivos circulantes	18.789	12.898
2.02	Passivo Não Circulante	926.194	919.662
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	766.836	803.219
2.02.01.02	Debêntures	766.836	803.219
2.02.02	Outras Obrigações	31.843	18.389
2.02.02.02	Outros	31.843	18.389
2.02.02.02.03	Indenização de sinistros a apropriar	17.777	0
2.02.02.02.04	Perdas não realizadas em operações de hedge sobre debêntures	14.066	12.918
2.02.02.02.05	Outros passivos não circulantes	0	5.471
2.02.03	Tributos Diferidos	127.515	98.054
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	127.515	98.054
2.03	Patrimônio Líquido	1.231.086	1.132.463
2.03.01	Capital Social Realizado	854.409	854.409
2.03.04	Reservas de Lucros	278.054	278.054
2.03.04.01	Reserva Legal	23.224	23.224
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	254.830	254.830
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	98.623	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	142.008	285.979	85.848	200.610
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-43.221	-62.966	-36.955	-61.353
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-17.242	-21.779	-15.693	-21.986
3.02.02	Materiais e serviços de terceiros	-11.616	-19.893	-5.425	-10.060
3.02.03	Depreciação e amortização	-5.236	-10.471	-5.225	-10.452
3.02.05	Transações no mercado de energia de curto prazo	-2.392	-8.697	-5.220	-5.490
3.02.06	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-3.159	-6.339	-2.796	-5.529
3.02.07	Pessoal	-2.032	-3.331	-1.708	-3.428
3.02.08	Seguros	-451	-842	-769	-3.151
3.02.10	Repactuação do risco hidrológico	0	10.329	0	0
3.02.11	Outros custos operacionais	-1.093	-1.943	-119	-1.257
3.03	Resultado Bruto	98.787	223.013	48.893	139.257
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-232	-445	-127	-338
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-232	-463	-173	-384
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	18	46	46
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	98.555	222.568	48.766	138.919
3.06	Resultado Financeiro	-34.125	-73.155	-8.425	-38.166
3.06.01	Receitas Financeiras	1.121	1.755	808	1.473
3.06.02	Despesas Financeiras	-35.246	-74.910	-9.233	-39.639
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	64.430	149.413	40.341	100.753
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.901	-50.790	-13.710	-34.245
3.08.01	Corrente	-8.380	-21.329	-12.633	-28.725
3.08.02	Diferido	-13.521	-29.461	-1.077	-5.520
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	42.529	98.623	26.631	66.508
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	42.529	98.623	26.631	66.508
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,04978	0,11543	0,03117	0,07784

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,04978	0,11543	0,03117	0,07784

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	42.529	98.623	26.631	66.508
4.03	Resultado Abrangente do Período	42.529	98.623	26.631	66.508

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	99.609	86.313
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	70.243	66.715
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o lucro	149.413	100.753
6.01.01.02	Remuneração do ativo financeiro de concessão	-153.706	-83.876
6.01.01.03	Repactuação do risco hidrológico	-10.329	0
6.01.01.04	Depreciação e amortização	10.471	10.452
6.01.01.05	Juros e variação monetária	74.627	39.862
6.01.01.06	Outros	-233	-476
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	29.366	19.598
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-3.718	-5.955
6.01.02.02	Ativo financeiro de concessão	89.551	87.682
6.01.02.04	Outros ativos	11.183	2.941
6.01.02.05	Fornecedores	-10.925	-1.510
6.01.02.07	Indenização de sinistros a apropriar	6.291	-2.900
6.01.02.08	Outros passivos	388	5.232
6.01.02.09	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-34.725	-36.704
6.01.02.10	Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de hedge	-28.679	-29.188
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-257	-93
6.02.01	Aplicação no imobilizado e intangível	-257	-93
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-71.107	-59.396
6.03.03	Pagamento de debêntures, líquido de hedge	-71.107	-59.396
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	28.245	26.824
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	82.793	54.865
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	111.038	81.689

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	854.409	0	278.054	0	0	1.132.463
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	854.409	0	278.054	0	0	1.132.463
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	98.623	0	98.623
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	98.623	0	98.623
5.07	Saldos Finais	854.409	0	278.054	98.623	0	1.231.086

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	854.409	0	153.818	0	0	1.008.227
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	854.409	0	153.818	0	0	1.008.227
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	66.508	0	66.508
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66.508	0	66.508
5.07	Saldos Finais	854.409	0	153.818	66.508	0	1.074.735

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	300.462	213.429
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	146.738	129.507
7.01.02	Outras Receitas	153.724	83.922
7.01.02.01	Remuneração do ativo financeiro de concessão	153.706	83.876
7.01.02.02	Outras receitas operacionais, líquidas	18	46
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-47.774	-46.654
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-31.318	-30.627
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.184	-10.288
7.02.04	Outros	3.728	-5.739
7.02.04.02	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-6.339	-5.529
7.02.04.04	Repactuação do risco hidrológico	10.329	0
7.02.04.05	Outros	-262	-210
7.03	Valor Adicionado Bruto	252.688	166.775
7.04	Retenções	-10.471	-10.452
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.471	-10.452
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	242.217	156.323
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.755	1.473
7.06.02	Receitas Financeiras	1.755	1.473
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	243.972	157.796
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	243.972	157.796
7.08.01	Pessoal	2.819	2.938
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.828	2.149
7.08.01.02	Benefícios	630	440
7.08.01.03	F.G.T.S.	125	114
7.08.01.04	Outros	236	235
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	64.916	46.754
7.08.02.01	Federais	64.907	46.748
7.08.02.02	Estaduais	9	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	74.983	39.707
7.08.03.01	Juros	74.652	39.385
7.08.03.02	Aluguéis	80	73
7.08.03.03	Outras	251	249
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	98.623	66.508
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	98.623	66.508
7.08.05	Outros	2.631	1.889
7.08.05.01	Encargos setoriais	2.631	1.889

Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2T21	2T20	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	142.008	85.848	56.160	65,4
Lucro bruto	98.787	48.893	49.894	102,0
Margem bruta	69,6%	57,0%		12,6 p.p.
Ebitda (Lajida)[1]	103.791	53.991	49.800	92,2
Margem Ebitda	73,1%	62,9%		10,2 p.p.
Depreciação e amortização	(5.236)	(5.225)	(11)	0,2
Resultado financeiro	(34.125)	(8.425)	(25.700)	305,0
Imposto de renda e contribuição social	(21.901)	(13.710)	(8.191)	59,7
Lucro líquido	42.529	26.631	15.898	59,7

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Receita operacional líquida

No 2T21, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R$ 56.160 mil (65,4%), atingindo R$ 142.008 mil, frente aos R$ 85.848 mil reconhecidos no 2T20. Essa variação é consequência da combinação, substancialmente, dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 41.593 mil na remuneração do ativo financeiro de concessão, motivado, principalmente, pela variação do IPCA entre os períodos em comparação; (ii) aumento de R$ 13.580 mil na receita com transações de energia, sendo composto por (ii.i) aumento de R$ 10.737 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais; e (ii.ii) acréscimo de R$ 2.843 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo; e (iii) aumento de R$ 356 mil referente à receita de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), motivado pelos efeitos da atualização monetária. Mais detalhes sobre o item (ii) estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

Custos da energia vendida

Os custos da energia vendida aumentaram em R$ 6.266 mil (17,0%) entre os trimestres em comparação, passando de R$ 36.955 mil no 2T20 para R$ 43.221 mil no 2T21. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de energia de curto prazo: aumento de R$ 1.549 mil e redução de R$ 2.828 mil, respectivamente, entre os trimestres em análise, totalizando redução de R$ 1.279 mil (6,1%). Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

b) Materiais e serviços de terceiros: acréscimo de R$ 6.191 mil (114,1%) entre o 2T20 e o 2T21, motivado, substancialmente, pelo aumento nos custos de manutenção, relacionados a GAG melhorias, e manutenção e limpeza da usina.

Comentário do Desempenho

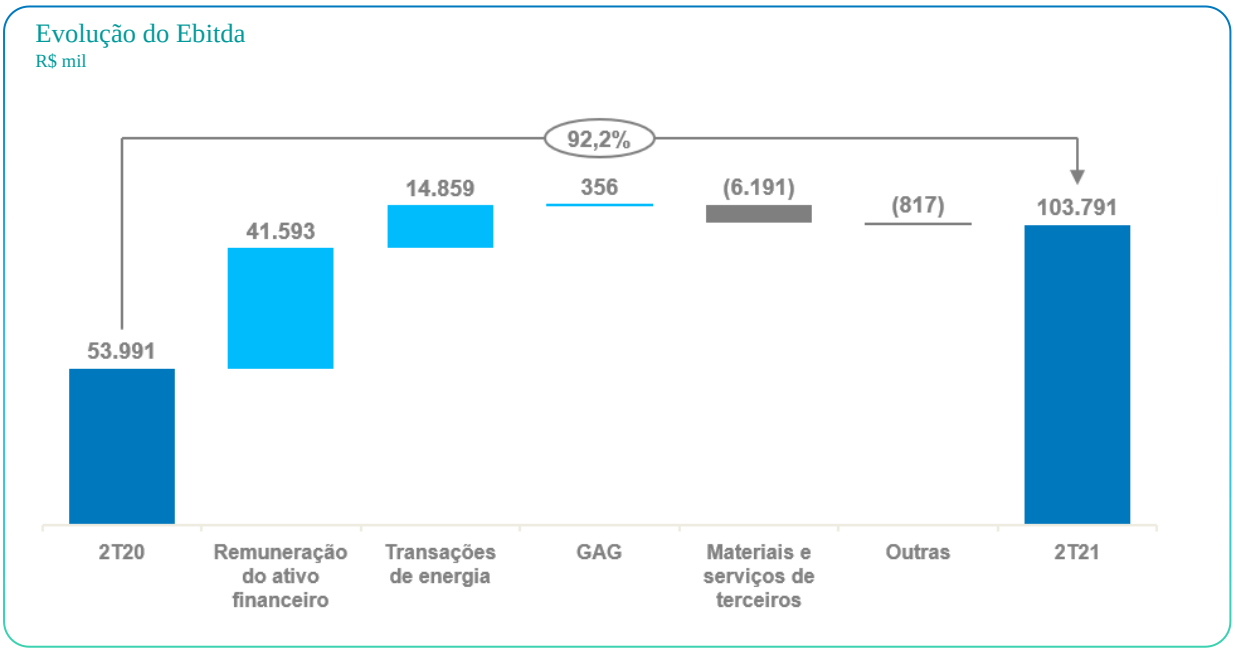
Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF). Adicionalmente, durante o 2T21, a Companhia efetuou compras de energia com a sua parte relacionada Diamante Geração de Energia Ltda., também controlada pela ENGIE, no montante de R$ 6.352 mil (vendas de R$ 2.929 mil e compras de R$ 16.541 mil no 2T20), visando a realização de créditos detidos pela parte relacionada na CCEE.

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram aumento de R$ 13.580 mil e redução de R$ 1.279 mil, respectivamente, ocasionando um acréscimo de R$ 14.859 mil no lucro bruto da Companhia. Esse aumento é resultado de transações realizadas com o intuito de realização de créditos na CCEE. Esse efeito foi acrescido pelo reajuste de preço do contrato com a controladora.

Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda no 2T21 foi de R$ 103.791 mil, R$ 49.800 mil (92,2%) acima do apurado no 2T20, de R$ 53.991 mil.



Comentário do Desempenho

Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram acréscimo de R$ 25.700 mil (305,0%) entre 2T20 e 2T21, atingindo o montante de R$ 34.125 mil no 2T21 (R$ 8.425 mil no 2T20). O acréscimo, decorre, principalmente, do aumento de variações monetárias de dívidas, impactado pelo aumento do IPCA nos trimestres em questão.

Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

No 2T21, essas despesas aumentaram R$ 8.191 mil (59,7%), passando de R$ 13.710 mil no 2T20 para R$ 21.901 mil no 2T21, em decorrência do aumento de 59,7% no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL em ambos os trimestres foi de 34,0%.

Lucro líquido

O lucro líquido do 2T21 foi de R$ 42.529 mil, R$ 15.898 mil (59,7%) superior aos R$ 26.631 mil apresentados no 2T20, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA
CNPJ N° 28.925.264/0001-75 | NIRE N° 42 3 0004594-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30.06.2021
(Em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Jaguara ("Companhia" ou "Jaguara") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 19.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Jaguara ("UHE Jaguara" ou "Usina"), localizada no município de Rifaina, estado de São Paulo, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1971 e possui capacidade instalada de 424,0 MW[1] e 341,0 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

[1] As informações não financeiras contidas nessas informações trimestrais como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no período de seis meses de 2021 foram estes:

a) Repactuação do risco hidrológico – Lei n° 14.052/2020

As condições para o acordo acerca da nova repactuação do risco hidrológico foram estabelecidas pela Lei n° 14.052, aprovada em 08.09.2020, e reguladas pela Resolução Normativa Aneel n° 895/2020, emitida em 01.12.2020. A legislação prevê a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da energia e, de forma retroativa, por geração fora da ordem de mérito e importação.

Como compensação, os geradores garantiram o direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos, considerando apenas a parcela de energia que não foi repactuada em 2015.

Em 15.12.2020, o Conselho de Administração da controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, aprovou a adesão das usinas da Companhia detentoras de concessão de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n° 14.052/2020.

Em 02.03.2021, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) publicou a revisão dos cálculos de compensação, a qual contemplou: (i) a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões das outorgas; (ii) a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da UHE Belo Monte; e (iii) o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei n° 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da Lei n° 14.052/2020. Como consequência, no 1° trimestre de 2021, a Companhia reconheceu o intangível no montante de R$ 10.329, correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica "Custos operacionais - Repactuação do risco hidrológico".

No decorrer do 1° trimestre de 2021, a Aneel acatou alguns pedidos de reconsideração do cálculo de repactuação feitos por agentes do setor, por meio da Resolução Normativa Aneel n° 930, de 30.03.2021. No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) questionou, através de Despacho emitido em 12.04.2021, especificamente a possibilidade dada às hidrelétricas contratadas no mercado regulado, as quais já haviam repactuado o risco hidrológico em 2015. Com isto, a abertura do prazo de adesão prevista para ocorrer em até 60 dias após a disponibilização pela Aneel do cálculo de extensão das outorgas das usinas pela CCEE ainda não teve início. É válido destacar que esta discussão envolvendo a Aneel e o TCU é suplementar e não traz riscos a matéria, não afetando, portanto, o ativo reconhecido pela Companhia.

Em julho de 2021, foi publicada a Lei n° 14.182/2021, que trata sobre a privatização da Eletrobras e sobre a retroatividade dos efeitos de GSF, passando a prever explicitamente que para o período anterior ao início de vigência da repactuação de risco hidrológico, a integralidade da garantia física das usinas será considerada como parcela de energia não repactuada para fins de recebimento do ressarcimento. Espera-se que com o respaldo das alterações trazidas Lei n° 14.182/2021, a Aneel prossiga com a aplicação das Resoluções Normativas n° 930/2021 e n° 895/2020.

Notas Explicativas

b) Aprovação destinação resultados de 2020

Em 01.04.2021, na 4ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 13.041 (R$ 0,0152637175 por ação) e reserva de retenção de lucros no montante de R$ 117.372.

c) Impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus

O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando em 2021, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria.

As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios.

No período de seis meses de 2021, a Companhia não apurou impactos significativos em suas informações trimestrais decorrentes da pandemia, estando suas atividades autorizadas pelos órgãos federativos a continuar operando. Adicionalmente, não são esperados efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a capacidade operacional. A seguir estão elencados os principais itens que estão sendo acompanhados pela Companhia.

c.1) Demanda de energia elétrica

As restrições à circulação e às atividades comerciais, industriais e de serviços impactam o consumo de energia elétrica. Contudo, a garantia física da Companhia está contratada na sua totalidade, sendo que 70% foram destinados ao ACR por meio do regime de cotas de garantia física e 30% foram negociados com a controladora. Em relação à parcela destinada ao regime de cotas no ACR, até o presente momento, não houve alteração nas cláusulas contratuais.

c.2) Nível de inadimplência

A Companhia está acompanhando a realização de seu saldo de contas a receber de clientes, bem como o risco associado a cada cliente. Na data base destas informações trimestrais não há valores vencidos e, portanto, até o presente momento não houve aumento do nível de inadimplência da Companhia.

c.3) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu não haver evidências de que os custos registrados sejam superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais (ITR) foram elaboradas em conformidade, simultaneamente, com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* e com o Pronunciamento Contábil CPC 21 – Demonstração Intermediária, utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

As ITR também foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), utilizando o custo histórico amortizado como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida nas normas.

Na elaboração das ITR é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2020, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as ITR de 30.06.2021. Essas ITR, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis de 31.12.2020.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das ITR de 30.06.2021, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, foram os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2020. Adicionalmente, a partir do 1° trimestre de 2021, a Companhia passou a aplicar a seguinte política contábil, em virtude do reconhecimento do direito de extensão de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico.

Intangível

Em março de 2021, a Companhia reconheceu o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei n° 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Aneel 895/2020, ao valor justo, o qual é similar ao valor definido e disponibilizado pela CCEE. Este direito foi reconhecido no momento em que se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Custos operacionais – Repactuação do risco hidrológico".

a) Normas e alterações aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2021

A partir de 01.01.2021, estão vigentes os seguintes pronunciamentos: (i) Revisão do CPC 06 (R2) - Arrendamentos; e (ii) Revisão do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impactos significativos nas ITR de 30.06.2021.

b) Aprovação das ITR

As ITR ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 13.08.2021.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	**154**	**138**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	110.884	82.655
	111.038	**82.793**

Notas Explicativas

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	30.06.2021	31.12.2020
ENGIE Brasil Energia	21.407	15.926
Distribuidoras	10.286	10.287
Transações realizadas na CCEE	2.152	3.689
	33.845	**29.902**

Em 30.06.2021 e 31.12.2020, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5 - ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

a) Composição

	30.06.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	200.095	1.604.173	1.804.268	189.612	1.550.501	1.740.113

b) Mutação do ativo financeiro de concessão

	UHE Jaguara
Saldo em 31.12.2020	**1.740.113**
Recebimentos	(89.551)
Juros	75.299
Variação monetária	78.407
Saldo em 30.06.2021	**1.804.268**

c) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

	Total
Julho a dezembro de 2022	85.141
2023	158.018
2024	142.914
2025	129.283
2026	116.956
2027 a 2031	437.209
2032 a 2047	534.652
Ativo financeiro de concessão	**1.604.173**

Notas Explicativas

NOTA 6 - INTANGÍVEL

a) Mutação do ativo intangível

	Total[1]
Saldo em 31.12.2020	**555.003**
Ingresso	10.329
Amortização	(10.314)
Saldo em 30.06.2021	**555.018**

(1) Contempla o montante relativo à bonificação pela outorga e ao direito de extensão de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico.

Direito de extensão de concessão – repactuação do risco hidrológico

Em 08.09.2020 entrou em vigor a Lei n° 14.052, que alterou em partes a Lei n° 13.203 de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A Lei n° 14.052 , determinou que os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, poderão ser compensados pelos efeitos decorrentes (i) de restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento; e (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e que referida compensação dar-se-á mediante a extensão do prazo de outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel n° 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei n° 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista.

Em 15.12.2020, o Conselho de Administração da controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, aprovou a adesão das usinas da Companhia detentoras de concessão de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n° 14.052/2020.

Em 02.03.2021, a CCEE publicou a revisão nos cálculos de compensação, contemplando, dentre outros itens, o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei n° 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da Lei n° 14.052/20.

Notas Explicativas

Como consequência, a Companhia reconheceu, em 2021, o ativo intangível relativo ao direito de extensão do prazo de concessão da outorga de geração, no montante de R$ 10.329, com a estimativa de extensão da concessão por um período aproximado de 6 meses. O montante representa o valor justo do ativo, sendo similar ao valor definido e disponibilizado pela CCEE. O reconhecimento foi em contrapartida da rubrica "Custos operacionais – Repactuação do risco hidrológico". A amortização deste ativo ocorrerá pelo prazo em que se espera recuperar o valor contábil.

NOTA 7 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, ao qual cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

No período de seis meses findo em 30.06.2021, não houve qualquer mudança nos riscos aos quais a Companhia está exposta ou na sua administração e mensuração, quando comparados aos apresentados na Nota 7 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros das demonstrações contábeis de 31.12.2020.

a) Perdas não realizadas nas operações de *hedge*

As perdas não realizadas nas operações de *hedge* são estas:

	30.06.2021	31.12.2020
Posição passiva		
Hedge de valor justo sobre debêntures	28.145	21.977
	28.145	**21.977**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	14.079	9.059
Passivo não circulante	14.066	12.918
	28.145	**21.977**

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Passivo em 31.12.2020	**9.059**	**12.918**	**21.977**
Juros	8.718	7.498	16.216
Ajuste a valor justo	(55)	(44)	(99)
Transferências	6.306	(6.306)	-
Amortização de principal	(6.810)	-	(6.810)
Amortização de juros	(3.139)	-	(3.139)
Passivo em 30.06.2021	**14.079**	**14.066**	**28.145**

Notas Explicativas

b) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

A Companhia apresenta a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos ao risco de variação do IPCA.

O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	**30.06.2021**	**30.06.2022**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Administração**
IPCA	8,4%	4,3%	-4,1% p.p.	1,1% p.p.	0,8% p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2022.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 30.06.2021, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 30.06.2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado consolidado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para os próximos 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado consolidado, e, consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 30.06.2021	Sensibilidade		
		Provável	**Δ + 25%**	**Administração**
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	694.177	29.554	(7.697)	(5.468)
IPCA (Debêntures com *swap* para o IPCA)	212.126	8.665	(2.259)	(1.605)
	906.303	**38.219**	**(9.956)**	**(7.073)**
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	1.804.268	(72.526)	22.380	13.415

c) Risco de gerenciamento de capital

A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido esta apresentada abaixo:

	30.06.2021	**31.12.2020**
Dívida[1]	934.448	959.582
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(111.038)	(82.793)
Dívida líquida	**823.410**	**876.789**
Patrimônio líquido	**1.231.086**	**1.132.463**
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	**0,7**	**0,8**

(1) Líquida dos efeitos do *hedge*.

Notas Explicativas

d) Risco de liquidez

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 30.06.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	18.585	-	-	-	18.585
Debêntures[1]	156.900	325.167	302.272	162.244	946.583
	175.485	**325.167**	**302.272**	**162.244**	**965.168**

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

e) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	30.06.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	110.884	82.655
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	154	138
Contas a receber de clientes	33.845	29.902
Ativo financeiro de concessão	1.804.268	1.740.113
	1.949.151	**1.852.808**
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Debêntures	212.126	264.599
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures	28.145	21.977
Custo amortizado		
Fornecedores	18.585	29.510
Debêntures	694.177	673.006
	953.033	**989.092**

f) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e na parcela das debêntures que não estão sob o escopo da contabilidade de *hedge*. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

Notas Explicativas

	30.06.2021		31.12.2020	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo financeiro de concessão	1.804.268	1.787.806	1.740.113	1.723.651
Debêntures	906.303	977.202	937.605	1.035.328
	2.710.571	**2.765.008**	**2.677.718**	**2.758.979**

NOTA 8 - DEBÊNTURES

a) Composição

	30.06.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao valor justo						
Debêntures – 1ª emissão	105.154	106.577	211.731	105.239	159.125	264.364
Encargos	395	-	395	235	-	235
	105.549	**106.577**	**212.126**	**105.474**	**159.125**	**264.599**
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	31.986	660.259	692.245	27.035	644.094	671.129
Encargos	1.932	-	1.932	1.877	-	1.877
	33.918	**660.259**	**694.177**	**28.912**	**644.094**	**673.006**
Debêntures	**139.467**	**766.836**	**906.303**	**134.386**	**803.219**	**937.605**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição passiva	14.079	14.066	28.145	9.059	12.918	21.977
Debêntures, líquidos dos efeitos do *hedge*	**153.546**	**780.902**	**934.448**	**143.445**	**816.137**	**959.582**

b) Mutação das debêntures

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2020	**134.386**	**803.219**	**937.605**
Juros	27.305	-	27.305
Variações monetárias	1.764	29.602	31.366
Ajuste a valor justo	(31)	(105)	(136)
Transferências	65.880	(65.880)	-
Amortização do principal	(64.297)	-	(64.297)
Amortização de juros	(25.540)	-	(25.540)
Saldos em 30.06.2021	**139.467**	**766.836**	**906.303**

Notas Explicativas

c) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

	Total
Julho a dezembro de 2022	75.107
2023	152.433
2024	163.079
2025	143.954
2026	151.985
2027	80.278
Debêntures	**766.836**

d) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Não houve alteração nos compromissos financeiros contratuais (*covenants*) quando comparados aos apresentados na Nota 8 – Debêntures das demonstrações contábeis de 31.12.2020. Os *covenants* das debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 9 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

	30.06.2021				31.12.2020
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	868.902	217.226	78.201	295.427	243.167
Intangível de bonificação pela outorga	189.079	47.270	17.017	64.287	55.521
Repactuação do risco hidrológico	10.329	2.582	930	3.512	-
Outros	-	-	-	-	639
		267.078	**96.148**	**363.226**	**299.327**
Ativo:					
Receita de Retorno de Bonificação pela Outorga (RBO)	631.752	157.938	56.858	214.796	184.349
Perdas não realizados em operações de *hedge*	28.145	7.036	2.533	9.569	7.472
Outros	33.370	8.343	3.003	11.346	9.452
		173.317	**62.394**	**235.711**	**201.273**
Valor líquido		**93.761**	**33.754**	**127.515**	**98.054**

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Saldo em 31.12.2020	**98.054**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado	29.461
Saldo em 30.06.2021	**127.515**

Notas Explicativas

c) Expectativa de realização e exigibilidade

	Ativo	Passivo
Julho a dezembro de 2021	24.528	36.151
2022	43.239	63.561
2023	21.770	27.302
2024	15.077	24.712
2025	13.660	22.338
2026 a 2028	30.864	50.073
2029 a 2031	24.999	40.253
2032 a 2034	13.143	20.397
2035 em diante	48.431	78.439
	235.711	**363.226**

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 30.06.2021 e 31.12.2020, era de R$ 854.409, totalmente subscrito e integralizado, representado por 854.408.805 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 854.408.795 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

NOTA 11 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2° trimestre		Acumulado 6 meses	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional bruta				
Suprimento de energia elétrica	50.905	38.966	92.139	75.716
Receita GAG – operação e manutenção	18.712	18.320	37.424	36.642
Transações no mercado de curto prazo	5.210	1.449	16.480	17.149
Outras receitas	695	-	695	-
	75.522	**58.735**	**146.738**	**129.507**
Deduções da receita operacional				
PIS e Cofins	(7.520)	(5.434)	(13.573)	(11.980)
Pesquisa e desenvolvimento	(487)	(353)	(892)	(793)
	(8.007)	**(5.787)**	**(14.465)**	**(12.773)**
Remuneração de ativo financeiro de concessão	**74.493**	**32.900**	**153.706**	**83.876**
Receita operacional líquida	**142.008**	**85.848**	**285.979**	**200.610**

Notas Explicativas

NOTA 12 - RESULTADO FINANCEIRO

	2° trimestre		Acumulado 6 meses	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	1.046	806	1.490	1.469
Juros sobre valores a receber	40	1	225	1
Outros juros e variações monetárias	35	-	40	-
Outras receitas financeiras	-	1	-	3
	1.121	**808**	**1.755**	**1.473**
Despesas financeiras				
Juros e variação monetária sobre				
Debêntures	28.038	10.523	58.671	34.717
Hedge de valor justo sobre empréstimos	7.275	(1.323)	16.216	5.141
Outros	4	5	5	5
Ajuste a valor justo	(216)	(101)	(235)	(473)
Outras despesas financeiras	145	129	253	249
	35.246	**9.233**	**74.910**	**39.639**
Despesas financeiras, líquidas	**34.125**	**8.425**	**73.155**	**38.166**

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	2° trimestre				Acumulado 6 meses			
	2021		2020		2021		2020	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos tributos	**64.430**	**64.430**	**40.341**	**40.341**	**149.413**	**149.413**	**100.753**	**100.753**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(16.108)**	**(5.799)**	**(10.085)**	**(3.631)**	**(37.353)**	**(13.447)**	**(25.188)**	**(9.068)**
Outros	6	-	6	-	10	-	11	-
	(16.102)	**(5.799)**	**(10.079)**	**(3.631)**	**(37.343)**	**(13.447)**	**(25.177)**	**(9.068)**
Composição dos tributos no resultado								
Corrente	(6.160)	(2.220)	(9.287)	(3.346)	(15.680)	(5.649)	(21.118)	(7.607)
Diferido	(9.942)	(3.579)	(792)	(285)	(21.663)	(7.798)	(4.059)	(1.461)
	(16.102)	**(5.799)**	**(10.079)**	**(3.631)**	**(37.343)**	**(13.447)**	**(25.177)**	**(9.068)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**

NOTA 14 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui transações com partes relacionadas, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na Nota 15 – Transações com partes relacionadas das demonstrações contábeis de 31.12.2020. Não houve alteração significativa nestas transações no período de seis meses findo em 30.06.2021.

Notas Explicativas

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos
		Energia	Outros	
30.06.2021				
ENGIE Brasil Enlergia	21.407	12.000	-	140.833
Total	**21.407**	**12.000**	**-**	**140.833**
31.12.2020	**15.926**	**20.000**	**1.189**	**140.833**

	2° trimestre			Acumulado 6 meses		
	Receita	Custos e Despesas		Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de Energia	Serviços de Terceiros	Venda de Energia[1]	Compra de Energia	Serviços de Terceiros
2021						
ENGIE Brasil Energia	46.196	10.890	105	83.616	10.890	209
Diamante	-	6.352	-	-	10.889	-
Outras	-	-	414	-	-	935
Total	**46.196**	**17.242**	**519**	**83.616**	**21.779**	**1.144**
2020	**35.362**	**15.693**	**382**	**68.712**	**21.986**	**760**

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

NOTA 15 - SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2022 e o valor da cobertura é R$ 1.519.175, sendo R$ 1.338.215 referente a danos materiais e R$ 180.960 a lucros cessantes.

b) Sinistro

Em maio de 2019, ocorreu um sinistro em uma unidade geradora da Usina, ficando a unidade sinistrada indisponível até fevereiro de 2020. A Companhia e a seguradora encerraram as negociações da cobertura de lucros cessantes durante o 2° trimestre de 2021, originando um recebimento de indenização adicional no montante de R$ 18.486.

Em 30.06.2021, a Companhia apresenta o saldo de R$ 30.200 (R$ 23.909 em 31.12.2020) registrado nas rubricas de "Indenização de sinistros a apropriar" no circulante e não circulante. Em 30.06.2021 e 31.12.2020, a Companhia não possuía saldos remanescentes de indenização de seguros a receber. O reconhecimento no resultado da Companhia do montante recebido como indenização está ocorrendo simultaneamente aos efeitos de frustração de receita decorrentes dos sinistros.

Notas Explicativas

NOTA 16 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

No período de seis meses findo em 30.06.2021, não ocorreram alterações significativas nos compromissos de longo prazo, os quais são:

- Contrato de uso do sistema de transmissão (CUST);

- Contrato de operação e manutenção; e

- Contrato de modernização do gerador da unidade geradora 01.

Informações mais detalhadas podem ser observadas na Nota 17 – Compromissos de longo prazo das demonstrações contábeis de 31.12.2020.

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética Jaguara

Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética Jaguara ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração de informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 13 de agosto de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de Souza Leite

Contador

CRC nº 1 PR 050422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller De Negreiros

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 13 de agosto de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Informações Trimestrais da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes apresentado.

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller De Negreiros

Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Artur Roberto Frota Ellwanger

Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 13 de agosto de 2021.